



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIAO DO CAI

ATA DE ANÁLISE DE PLANO DE TRABALHO

Aos oito dias do mês de março de 2021, às nove horas, a Comissão de Seleção das parcerias celebradas com as Organizações da Sociedade Civil da Lei 13.019/2014, nomeada pela portaria nº 112/2021, composta pelas servidoras Daiane Juliane Trein, Marilda Boettcher e Juliana Borchhardt Oberto Dutra, reuniu-se com a finalidade de analisar o Plano de Trabalho da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Em um primeiro momento, verificou-se a existência de Lei que prevê o repasse de valores do Município para a entidade. Constatou-se que a Lei Municipal nº 4.290/2021 autoriza a celebração da parceria, prevendo o repasse de até R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para o exercício de 2021. Após, passou-se a análise do Plano de Trabalho apresentado. O principal objetivo da parceria é o atendimento de até 60 usuários com deficiência intelectual e múltipla. A entidade é a única na cidade que realiza este tipo de trabalho, uma vez que o Município de São Sebastião do Caí não possui uma estrutura completa tanto em espaço físico quanto de profissionais para atender estes usuários. Na página 1 do plano, no item justificativa da proposição, está citado que o recurso será repassado pelo período de dez meses, sendo que o repasse será de abril a dezembro de 2021, contabilizando nove meses. No item 6 - Cronograma de Execução, a entidade conseguirá realizar 3.400 atendimentos em assistência social e 3.650 atendimentos em saúde em nove meses? Se sim, manter a quantidade. Se não, alterar a quantidade. No item 7 – Previsão da receita e despesa, é preciso preencher o valor da proponente. Caso seja zero, também se faz necessário o preenchimento. No item 8.1 – Cronograma de desembolso do Concedente, é necessário preencher o campo meta, com o valor que será repassado pelo município. O item 8.2 – Proponente, deve prever o repasse do município na respectiva coluna, uma vez que o plano de trabalho está com valor zero. Também é necessário informar a meta da organização/associação. No item 9 - Detalhamento da aplicação dos recursos financeiros - é preciso adequar os valores mensais e totais, uma vez que, conforme os dados descritos no plano, o repasse anual chegaria ao total de R\$ 215.864,21 (duzentos e quinze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos). O valor mensal a ser considerado é de R\$ 15.555,55, não podendo ultrapassar o mesmo. No item 10 – Prestação de Contas – a periodicidade das mesmas deve ser mensal, sendo o prazo para análise por parte da Administração Pública de 30 (trinta) dias. Desta forma, a Comissão solicita que a entidade realize as correções necessárias no Plano de Trabalho. Após a apresentação e recebimento do Plano de Trabalho com as adequações, será realizada nova análise do mesmo. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos presentes.